

Ações afirmativas na Ancine:

Os embates, as pesquisas e a construção de
políticas afirmativas na Agência Nacional do Cinema

POR **ELOIZA SILVA***

um
ciclo
inicial de
política pública



CINZAS

A SUB-REPRESENTAÇÃO DA POPULAÇÃO

negra no setor audiovisual brasileiro não é fato novo, mas sim duradouro. Cineastas, atores, atrizes e pesquisadores têm produzido um vasto e consistente acervo crítico a respeito. Uma perspectiva relevante é apresentada em *Esboço para uma história do negro no cinema brasileiro*, introdução do seminal manifesto Dogma Feijoada – Cinema Negro Brasileiro, elaborada pelo cineasta e pesquisador Noel dos Santos Carvalho (2005). O autor posiciona o negro na história do nosso cinema, desde sua apresentação, sob o viés do olhar colonizador do realizador branco, tão marcante nas décadas de 1920 e 1930, até a autorrepresentação cinematográfica construída pelos próprios realizadores negros na década de 1970, como Zózimo Bulbul.

No setor audiovisual brasileiro, caracterizado por essa sub-representação, tanto filmes de autoria negra, quanto aqueles com temas e personagens negros, enfrentam problemas de baixa representatividade, escassos incentivos públicos ao ingresso de roteiristas e realizadores negros, além de papéis carregados de estereótipos racializados.

O lugar do negro nas telas, muitas vezes, é colocado em segundo plano, sendo roteirizado pelo olhar branco e de acordo com uma semântica colonial e racista. Esses problemas foram detalhados na ostensiva análise elaborada pelo pesquisador João Carlos Rodrigues

(2011), em *O negro brasileiro e o cinema*, livro no qual ele investiga se o cinema nacional, em seus diversos gêneros e estilos cinematográficos, tem refletido, ou não, as vivências dos negros no Brasil.

No campo acadêmico, as nuances desse fenômeno têm sido abordadas em diversas pesquisas¹, que se aprofundaram na análise do acervo de obras brasileiras existentes, especialmente os longas-metragens com as maiores bilheterias no circuito comercial, a fim de demonstrar o quão amplo e complexo é esse problema. Os resultados apontam que o conjunto dos conteúdos audiovisuais veiculados nas salas de cinema é majoritariamente constituído por bens culturais homogêneos e pouco aderentes à realidade demográfica e sociocultural do Brasil – país majoritariamente negro e feminino.

Esse panorama é também crítico se for observado o proeminente papel do Estado brasileiro como principal indutor das políticas de fomento às produções cinematográficas e audiovisuais. Estas, atualmente, são custeadas com recursos de um fundo público destinado ao desenvolvimento e à sustentabilidade da atividade audiovisual no país: o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).

Apesar de tardiamente, nota-se que esse debate tem impactado a agenda de formulação de políticas públicas, como no caso da Agência Nacional do Cinema (Ancine). Em seu diagnóstico setorial *Diversidade de*

AÇÕES AFIRMATIVAS NA ANCINE: PREMISSAS INTRODUTÓRIAS

*Gênero e Raça nos lançamentos brasileiros de 2016*², a Ancine ofereceu dados inéditos de raça e de gênero sobre lançamentos cinematográficos brasileiros.

Esse estudo foi levado ao conhecimento do Conselho Superior do Cinema (CSC), do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual (CGFSA), e da Secretaria do Audiovisual (SAv), apontando para a necessidade de adoção de ações afirmativas de gênero e de raça. Esses dados também subsidiaram, no âmbito do CSC, a criação de um Grupo de Trabalho que deveria formular uma política de promoção da igualdade de gênero e raça no setor, conforme Resolução do CSC nº 04, de 6 fevereiro de 2018. Além disso, no âmbito do CGFSA, os dados impactaram na deliberação favorável à fixação de cotas para negros, mulheres e indígenas na *Chamada Pública BRDE/FSA – Concurso Produção para Cinema 2018*. Essa seleção foi aberta em 19 de março de 2018 sem previsão de ações afirmativas. Posteriormente, porém, foi retificada mediante decisão do CGFSA³, em 26 de março de 2018, estabelecendo cotas voltadas para mulheres, negros e indígenas.

Diante desse contexto, o presente artigo busca compreender o atual papel da Ancine enquanto decisor público importante para a construção de uma agenda nacional de ações afirmativas no audiovisual brasileiro. Para isso, serão avaliadas as fases parciais do ciclo de política pública, isto é, do processo político-administrativo ocorrido até o momento, partindo de uma contextualização histórica de sua atuação institucional sobre essa questão.

Antes de analisar a atuação da Ancine como decisor no ciclo de política pública em prol das ações afirmativas no audiovisual brasileiro, é fundamental recorrer a um enfoque teórico mais amplo sobre “políticas públicas”. Em uma compilação concisa, é possível destacar as referências de Lawrence Mead (1995 *apud* Nelson, 1998, p. 554), que define política pública como um campo de estudo que analisa o governo à luz das grandes questões públicas. Já Thomas R. Dye (2013) define o termo como aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer. David Easton (1965), como um sistema no qual ocorre uma relação entre formulação, resultados e ambiente. A definição de políticas públicas de Thomas Birkland (2011) busca identificar seus principais atributos: entendendo-as como a solução para algum tipo de problema público, orientadas a um objetivo, elaboradas pelos governos (o que os governos escolhem fazer ou não fazer), interpretada e implementada por agentes públicos (ou privados), dotados de diferentes interpretações, soluções e motivações para ação. Bachrach e Baratz (1962), em sentido negativo, aponta os reflexos da “tomada de não decisão” (*nondecision-making*), descrevendo-a como o “não fazer”, por parte dos governos para manutenção de status quo.

Além disso, em relação ao encadeamento de etapas (ciclo de vida) inerente ao conceito de política pública (*policy cycle*), segundo Klaus Frey (2000, p. 226-229), trata-se de um modelo heurístico de análise, que subdivide o agir público em etapas parciais do processo político-administrativo de resolução de problemas: percepção e definição de problemas; *agenda setting*; elaboração de programas e decisão; implementação de políticas; e, finalmente, avaliação de políticas e eventual correção da ação.

Contudo, é importante ressaltar, assim como menciona Frey (2000), os limites da abordagem de política pública como processo sequencial, que se desdobra em

FOTO: DIVULGAÇÃO



CINZAS

fases no decorrer do tempo. Isso porque, nesse caso, encontra-se descrito como um idealizador do fazer político, servindo, portanto, apenas de quadro de referência para a análise processual de seu início, meio e fim. No entanto, empiricamente, os atores sociais envolvidos no ciclo de políticas públicas não se atêm, necessariamente, a essa sequência, muito menos hierarquizam essas etapas.

Destaca-se também o enfoque de Bachrach e Baratz (1962), a partir do qual é possível refletir sobre o fato de que o Estado brasileiro ainda não elabora ativamente políticas para combater os efeitos perversos da escravidão em diversas camadas da sociedade brasileira, tampouco planeja sistematicamente ações governamentais bem estruturadas, transversais e com orçamentos bem definidos para o combate ao racismo e para a promoção da igualdade material de oportunidades.

Isso suscita um pensamento crítico que vai além da suposição do senso comum de que o poder público é apenas omissor frente a esses efeitos. Isso porque, tal como aponta Abdias do Nascimento (1978, p. 78-81), o processo de invenção da “democracia racial”, sobre-

tudo viabilizado por medidas adotadas pelos governos, incluiu a interdição da discussão acerca da situação dos negros no país.

Nessa conjuntura, é possível apontar que, no setor audiovisual, a tomada de não decisão pelos governos, perante o problema da sub-representação de negros e, sobretudo, de negras no audiovisual, nutre-se tanto de uma “persistência da branquitude como padrão estético audiovisual”, segundo Joel Zito Araújo (2006), quanto de âncoras ideológicas ainda em disputa na sociedade: o mito freyriano da democracia racial, de um lado, e a perspectiva marxista clássica da luta de classes, de outro, tal como adverte Sueli Carneiro (2011).

Isso posto, tanto a tomada de não decisão quanto outros mecanismos de interdição engendrados por governos podem ser identificados enquanto componentes do chamado racismo institucional, estrutural ou sistêmico, que, de acordo com o Programa de Combate ao Racismo Institucional (apud. GELEDÉS, 2013, p. 11), significa:

(...) o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se ma-

Tanto a tomada de não decisão quanto outros mecanismos de interdição engendrados por governos podem ser identificados enquanto componentes do chamado racismo institucional, estrutural ou sistêmico.

nifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações.

Com base nessas referências, é igualmente possível testar a hipótese de que ações afirmativas com o objetivo de promover a igualdade material entre os mais diversos grupos sociais de uma mesma população, que sofrem discriminações negativas – principalmente em perspectiva interseccional de sobreposição de diversos tipos de opressão – são problemas e demandas sociais de grande amplitude que impõem uma obrigação de fazer por parte dos governos.

Assim, se os decisores públicos (*policy makers*) devem responder a problemas que afetam a coletividade, engajando-se na formulação de soluções para questões que tenham entrado na agenda governamental, isso

pode ser melhor compreendido a partir de um enfoque epistemológico sobre suas decisões político-administrativas, de modo a organizá-las em um ciclo de política pública, isto é, subdividindo o dever de resolução de um problema coletivo em etapas parciais do processo: percepção e definição de problemas; *agenda-setting*; elaboração de programas e decisão; implementação de políticas; e, finalmente, avaliação de políticas e eventual correção da ação (FREY, 2000, p. 226).

Com base nesse modelo heurístico e observando os arranjos internos da Ancine – desde a ação de servidoras que organizaram, internamente, o evento *Diversidades*⁴ para apresentação de dados pelo GEMAA/IESP/UERJ, em 06 de novembro de 2014, até a criação da Comissão de Gênero, Raça e Diversidade da Ancine pela Portaria Ancine nº 351-E, de 17 de novembro de 2017, por exemplo, é possível identificar o início de um ciclo de política pública. Trata-se de uma *agenda-setting* ainda em aberto, que, até o momento, contou com apenas uma Chamada Pública implementada pela Ancine, para enfrentar o problema da sub-representação negra e feminina no audiovisual brasileiro.

FASES PARCIAIS DO PROCESSO TRILHADO PELA AGÊNCIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Em 06 de julho de 2014, a jornalista da Agência Brasil, Isabela Vieira, publicou a matéria *As mulheres negras não estão nas telas de cinema, nem atrás das câmeras*, o que trouxe à tona a pesquisa do GEMAA *A Cara do Cinema Nacional: gênero e cor dos atores, diretores e roteiristas dos filmes brasileiros (2002-2012)*.

Apesar da repercussão desse tema no debate público e junto a grupos de interesse ligados às pautas feminista e negra, foi oblíqua e pouco responsiva a posição da Ancine. Em resposta à mencionada jornalista sobre essa baixa sub-representação negra e feminina, a Agência informou publicamente que “não opina sobre conteúdo dos filmes, elenco ou qualquer coisa do tipo” (VIEIRA, 2014).

Entretanto, parte do corpo funcional da Agência – formado por servidoras, naquela época atuantes na gestão *Coletivos* da Associação de Servidores Públicos da Ancine (ASPAC) – não ignorou os dados apresentados por essa pesquisa. Em 06 de novembro de 2014, a Associação realizou o evento *Seminário Diversidades*, que foi a primeira iniciativa de uma agenda dentro da Ancine para a abordagem de ações afirmativas no audiovisual brasileiro. É importante destacar a capilaridade dessa articulação interna, inicialmente liderada por servidoras mobilizadas, que acabou por adquirir relevância política e administrativa a ponto de influenciar o deslocamento da Ancine da “tomada de não decisão” para a realização do primeiro *Seminário Internacional Mulheres no Audiovisual*⁵, em 30 de março de 2017, na Casa Rui Barbosa.

Além disso, em 2018, a percepção institucional da Ancine, delimitando o problema da sub-representação de raça e de gênero, evoluiu notavelmente mediante a iniciativa de gerar informações próprias e divulgar a pesquisa *Diversidade de Gênero e Raça nos lançamentos brasileiros de longa-metragem em 2016*⁶, elaborada pela Superintendência de Análise de Mercado, que contou com a coordenação da pesquisadora, e então Superintendente, Luana Maira Rufino Alves da Silva, servidora da Ancine.

Essa pesquisa foi o primeiro diagnóstico estruturado da Agência dedicado ao levantamento de informações de raça e de gênero no mercado de cinema, reunindo de modo inédito informações de fonte primária, a partir da análise dos 142 longas-metragens brasileiros lançados comercialmente em salas de exibição no ano de 2016, segundo dados do Sistema de Acompanhamento da Distribuição em Salas de Exibição (SADIS). No que diz respeito às iniciativas internas à Ancine manifestamente dedicadas à formulação de ações afirmativas, destaca-se que esse grupo de servidoras organizadoras dos eventos *Diversidades* e associações representativas também propuseram a inclusão da pauta em documentos de gestão de macroprocessos finalísticos da Agência.

Em Consulta Pública realizada pela Ancine para a *Agenda Regulatória do biênio 2014-2015*⁷, as servidoras sugeriram que fossem implementadas “ações, iniciativas e programas necessários à efetividade do Estatuto da Igualdade Racial nas políticas públicas voltados ao audiovisual brasileiro”. Sugestão que não foi incorporada pela Agência, na época.



CINZAS

A Ancine passou de uma postura de inação para enfrentar o problema da sub-representação, defendendo tecnicamente, por exemplo, o estímulo à paridade de gênero em comissões de seleção do FSA.

Posteriormente, em Consulta Pública para a *Agenda Regulatória do biênio 2016-2017*⁸, a recém constituída Associação dos Profissionais do Audiovisual Negro (APAN) sugeriu tanto a regulamentação de um sistema de ações afirmativas no setor audiovisual, com foco no pertencimento racial e de gênero dos agentes atuantes em todos os elos da cadeia do setor, quanto a regulamentação de produtora brasileira independente especializada na produção de conteúdos audiovisuais com foco na promoção da diversidade, igualdade racial e de gênero. Sugestões que foram igualmente desconsideradas pela Agência.

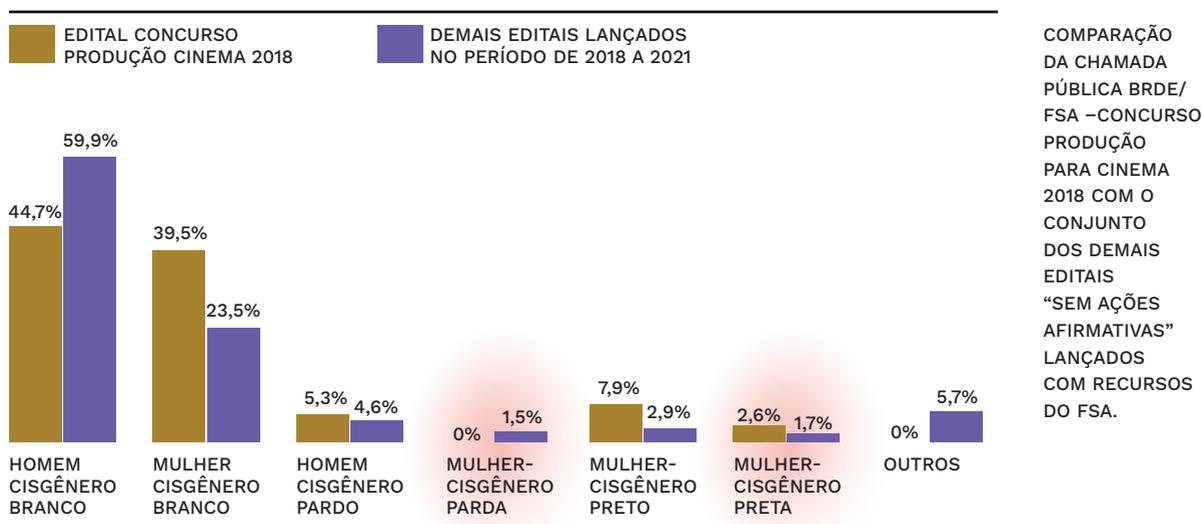
Por outro lado, o cenário interno da Ancine vinha se tornando mais responsivo à necessidade de se priorizar a promoção da diversidade no audiovisual brasileiro. Após sugestões, também articuladas por servidoras, houve a inclusão do compromisso de promoção de diversidade de raça e de gênero, tanto em sua missão, como em seu *Planejamento Estratégico para o quadriênio 2017-2020*.

As sugestões acatadas se concentraram na criação de mecanismos para declaração de cor/raça nos registros de Certificado de Produto Brasileiro (CPB) e no aprofundamento das análises sobre a participação de negros e de mulheres no audiovisual brasileiro, não sendo introduzida a criação de indutores específicos nas linhas de fomento geridas pela Agência.

Outra medida foi a constituição da primeira Comissão de Gênero, Raça e Diversidade da Agência, por meio da Portaria Ancine nº 351-E, de 17 de novembro de 2017. Tratou-se de um grupo que agregava 16 servidores e servidoras do quadro efetivo, incluindo negros e mulheres, com mandato de dois anos, com o objetivo de desempenhar atividades relacionadas à promoção da inclusão, da diversidade e da igualdade de oportunidades no âmbito de atuação da Agência.

Nota-se, portanto, que a Ancine passou de uma postura de inação para enfrentar o problema da sub-representação, defendendo tecnicamente, por exemplo,

GRÁFICO 1 DIREÇÃO PRINCIPAL / PROJETOS CONTRATADOS



FONTE: ANCINE (2023).

o estímulo à paridade de gênero em comissões de seleção do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Em 2018, com a recém-criada Comissão e a divulgação da pesquisa *Diversidade de Gênero e Raça nos lançamentos brasileiros de longa-metragem em 2016*, a Ancine desenhou o primeiro edital da Agência com cotas para mulheres, negros e indígenas, a *Chamada Pública BRDE/FSA – Concurso Produção para Cinema 2018*⁹.

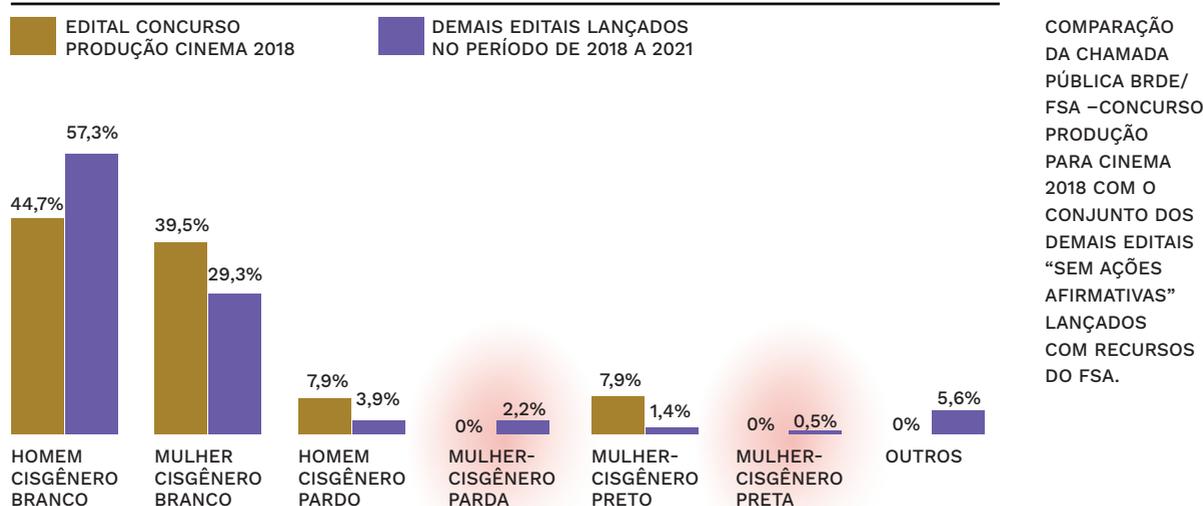
Isso foi possível, porque, em 26 de março de 2018, a Comissão de Gênero, Raça e Diversidade da Ancine, por meio de sua presidente, a Servidora Carolina Souza Ribeiro da Costa, fez uma apresentação para o CGFSA, reiterando os dados da supracitada pesquisa, capitulando outras iniciativas de estabelecimento de cotas já em andamento junto ao setor audiovisual brasileiro, tais como os editais lançados pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, como o Edital SAV/MinC/FSA Nº 03, lançado em janeiro de 2016, para a realização de três longas-metragens de ficção de baixo orçamento, *Longa BO Afirmativo*, com temática livre,

dirigidos por cineastas negros, bem como explicando a jurisprudência acumulada no Supremo Tribunal Federal (STF) em favor da constitucionalidade das ações afirmativas, inclusive por meio de reserva de vagas.

Certamente, essas informações apresentadas pela Comissão foram um importante elemento de convencimento técnico, apresentado no âmbito do CGFSA em defesa da implementação de ações afirmativas nos editais geridos pela Agência. Recorrendo a uma visão institucional que explique esse processo e o contexto que levou à decisão tomada pelo Comitê, nessa ocasião, aprovando reserva de vagas para negros, indígenas e mulheres, é pertinente a abordagem de Maria de Paula Dallari Bucci (2013, localização 2395) sobre a dinâmica de criação de políticas públicas:

A questão deixa de ser um problema absoluto de criação das políticas e passa a ser um tema argumentativo, ligado ao desafio de demonstrar a consistência ou a legitimidade, seja política, seja técnica, de cada posição no decorrer do debate. E esse desafio se impõe a todos os que parti-

GRÁFICO 2 ROTEIRO PRINCIPAL / PROJETOS CONTRATADOS



FONTE: ANCINE (2023).

cipam do processo governamental, seja no papel “oficial” de partícipe, seja na condição de “controlador externo”, de acordo com um processo estruturado, com base em premissas comuns e regras aceitas para identificação dos consensos e enfrentamento dos dissensos.

Por outro lado, ao analisar a dinamicidade desse processo, especialmente dentro do campo público de fomento ao audiovisual integrado por CSC, MinC, SAV, Ancine e CGFSA, a avaliação dos resultados (ANCINE, 2023) da *Chamada Pública BRDE/FSA – Concurso Produção Para Cinema 2018* para o alcance do objetivo de ampliação da diversidade de raça e de gênero nesse setor, aparentemente, aponta para parâmetros mínimos a serem observados e aperfeiçoados em chamadas públicas futuras.

Nessa Chamada Pública, de acordo com dados da Ancine (2023), foram selecionados 18 projetos com direção feminina, no valor total de R\$ 38,8 milhões de reais e seis projetos dirigidos por pessoas negras no valor total de R\$ 12,1 milhões de reais.

Conforme análise do Gráfico 1, do universo de projetos contratados, para os quais foram destinados os recursos públicos do fundo, na comparação da *Chamada Pública BRDE/FSA – Concurso Produção para Cinema 2018* com o conjunto dos demais editais gerais (sem ações afirmativas), na função de “direção principal”, não houve significativa mudança estrutural em relação, especialmente, às mulheres cisgênero pardas (as ações afirmativas acresceram 0,9 pontos, de 1,7% para 2,6%) e preta (as ações afirmativas não alteraram o cenário geral de 1,5% obtido no conjunto dos editais gerais).

De acordo com a análise do Gráfico 2, do universo de projetos contratados, na comparação da chamada com o conjunto dos demais editais gerais (sem ações afirmativas), na função de “roteiro principal”, não houve incremento, melhoria ou mudança estrutural em relação, sobretudo, às mulheres cisgênero pardas (as ações afirmativas não alteraram o cenário geral de 2,2%) e preta (as ações afirmativas não alteraram o cenário geral de 0,5% obtido no conjunto dos editais gerais).

Perante os resultados demonstrados nos Gráficos 1 e 2, observa-se que, não obstante os patamares mínimos fixados na referida Chamada Pública, não houve o alcance da efetividade esperada, porque as ações afirmativas de fomento ao setor audiovisual desenvolvidas com recursos do FSA, em 2018, aparentemente, não representaram uma significativa mudança estrutural, em comparação com o conjunto de editais gerais (sem “ações afirmativas”) lançados. Logo, observou-se que as ações afirmativas contidas nessa seleção de 2018 não contribuíram de maneira efetiva para redução das desigualdades, diagnóstico já mapeado pela Agência em 2023 (ANCINE, 2023).

CONCLUSÃO

Neste artigo, levantou-se o histórico recente da Agência Nacional do Cinema, em relação ao tema das ações afirmativas nas políticas públicas de fomento ao setor audiovisual brasileiro. Foram abordados conceitos básicos para compreensão do ciclo de políticas públicas, os quais serviram de suporte para compreensão da passagem da Ancine, primeiramente, pelas fases de tomada de não decisão e de baixa resposta ao cenário de dados, levantados pelo GEMAA em 2014, e, posteriormente, pelos debates internos realizados por iniciativa de servidoras da Agência, de iniciativas de *agenda-setting*, com a atuação da primeira Comissão de Gênero, Raça e Diversidade, de implementação da primeira seleção pública da Agência, contendo reserva de recursos do FSA e percentuais mínimos destinados a mulheres, negros e indígenas, em 2018, e da análise de resultados dessa seleção, recentemente publicada no Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA/Ancine)¹⁰.

Após 4 anos de lançamento da *Chamada Pública BRDE/FSA – Concurso Produção para Cinema 2018*, a Agência efetuou a etapa de análise de resultados, os quais permitem aos gestores responsáveis compreender que futuras iniciativas de implementação de ações afirmativas em políticas públicas de fomento ao setor exigem redesenho e aperfeiçoamentos, para que sejam alcançados melhores indicadores de redução do grave cenário de desigualdades, que ainda impacta severamente a entrada de diretoras e roteiristas negras nesse mercado.

Conclui-se que, para alterações estruturais significativas no atual quadro de perpetuação da sub-representação da população negra nas telas, especialmente, em funções de maior prestígio (como de direção e de roteiro), é preciso, a partir das experiências e indicadores mapeados, implementar uma profunda etapa de revisão inclusiva, envolvendo necessariamente as entidades representativas e dos eixos do chamado Tripé Institucional da Política Nacional do Audiovisual (CSC, SAv, Ancine e CGFSA), com vistas à formulação e à execução de uma política pública mais robusta e efetiva na redução das desigualdades de raça no setor audiovisual brasileiro. ■

* **ELOIZA SILVA** TEM GRADUAÇÃO EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF (2001-2006). ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS PELO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - IE/UFRJ (2016-2017). MESTRADO EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO (2019-2021). NO SETOR PÚBLICO, É SERVIDORA PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE), DESDE 2012. NA ANCINE, EXERCEU OS SEGUINTE CARGOS: ASSESSORA DA SUPERINTENDÊNCIA DE ANÁLISE DE MERCADO, NO PERÍODO DE AGOSTO DE 2017 A NOVEMBRO DE 2018; ASSESSORA DA DIRETORA SUBSTITUTA LUANA MAIRA RUFINO ALVES DA SILVA, NO PERÍODO DE FEVEREIRO DE 2020 A JULHO DE 2020; COORDENADORA DE GESTÃO DAS INFORMAÇÕES REGULATÓRIAS DA SECRETARIA DE POLÍTICAS REGULATÓRIAS, NO PERÍODO DE JULHO DE 2020 A JANEIRO 2022. TAMBÉM INTEGROU A COMISSÃO DE GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE DA ANCINE, PORTARIA ANCINE Nº 351-E, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017. ATUALMENTE, EXERCE O CARGO DE SECRETÁRIA DE DIRETORIA COLEGIADA DA ANCINE.

Para alterações estruturais significativas no atual quadro de perpetuação da sub-representação da população negra nas telas, é preciso implementar uma profunda etapa de revisão inclusiva.

NOTAS

1 SUBLINHA-SE AQUI QUE SÃO INDISPENSÁVEIS AS ANÁLISES, INCLUSIVE QUANTITATIVAS, SOBRE O PROBLEMA DA SUB-REPRESENTAÇÃO NEGRA E FEMININAS NAS TELAS, REALIZADAS PELO GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DAS AÇÕES AFIRMATIVAS DO INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO (GEMAA/IESP/UERJ).

2 DIAGNÓSTICO ELABORADO PELA SUPERINTENDÊNCIA DE ANÁLISE DE MERCADO DA ANCINE, CUJO LANÇAMENTO OCORREU EM 29/01/2018 (ANCINE, 2018B).

3 ATA DA 44ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DO AUDIOVISUAL (CGFSA), DE 26/03/2018, QUE APROVOU A FIXAÇÃO DE COTAS (ANCINE, 2018A)

4 ENTRE AS INICIATIVAS DIVERSIDADES, REALIZADAS PELAS SERVIDORAS E, ENTÃO DIRETORAS DA ASPAC, ELOIZA SILVA E MARIA GABRIELA GOMES, DESTACAM-SE: EM 06/11/2014, APRESENTAÇÃO AOS SERVIDORES DA ANCINE DA PESQUISA A CARA DO CINEMA NACIONAL (2002-2012), REALIZADA PELO GEMAA/IESP/UERJ, CONTANDO COM A APRESENTAÇÃO DAS PESQUISADORAS MÁRCIA RANGEL CANDIDO, GABRIELLA MORATELLI E VERÔNICA TOSTE DAFLON; EM 07/12/2015, EXIBIÇÃO DO FILME *KBELA*, COM A PARTICIPAÇÃO DA PESQUISADORA JANAÍNA OLIVEIRA (FÓRUM ITINERANTE DO CINEMA NEGRO), DA JORNALISTA SILVANA BAHIA (DIRETORA DE COMUNICAÇÃO DO FILME *KBELA*), E DA DIRETORA DO FILME, YASMIN THAYNÁ; EM 01/12/2016, EXIBIÇÃO DE FILMES QUE FORAM VIABILIZADOS PELO EDITAL CURTA AFIRMATIVO (SAV/MINC): *CINZAS*, *ÔRUN AIYÉ*, *NANA* E *NILÓ*, EVENTO EM PARCERIA

COM O COLETIVO TELA PRETA, QUE CONTOU COM A PRESENÇA DA CINEASTA LARISSA FULANA DE TAL E DA PRODUTORA VILMA NERES, ALÉM DA MEDIAÇÃO DA JORNALISTA ISABELA VIEIRA; EM 23/01/2017, A EXIBIÇÃO DO CURTA *RAINHA* DA CINEASTA SABRINA FIDALGO E DO LONGA *AMOR MALDITO* DE ADÉLIA SAMPAIO, CONTANDO COM UMA MESA DE DEBATES COM ESSAS CINEASTAS, A ATRIZ ANA FLÁVIA CAVALCANTI (*RAINHA*) E A DIRETORA DA ANCINE, DÉBORA IVANOV.

5 INICIATIVA DA ANCINE, IDEALIZADA PELA DIRETORA DEBORA IVANOV, QUE FOI VIABILIZADA GRAÇAS AO TRABALHO DE SERVIDORAS DA AGÊNCIA, COM APOIO DA CASA RUI BARBOSA (ANCINE, 2017).

6 PESQUISA DIVULGADA NO DIA 25/01/2018 EM EVENTO DE LANÇAMENTO REALIZADO NO ODEON, RIO DE JANEIRO, QUE CONTOU COM A PRESENÇA DE AUTORIDADES DA ANCINE E DA SECRETARIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA (ANCINE, 2018B).

7 CONSULTA PÚBLICA ANCINE REALIZADA NO PERÍODO DE 03/12/2014 A 31/01/2015.

8 CONSULTA PÚBLICA ANCINE REALIZADA NO PERÍODO DE 01/12/2016 A 30/01/2017.

9 A REFERIDA CHAMADA PÚBLICA, NO VALOR DE R\$ 100 MILHÕES DE REAIS, FIXAVA QUE PELO MENOS 35% DOS VALORES INVESTIDOS NOS PROJETOS DEVERIAM SER RESERVADOS A DIRETORAS MULHERES (CISGÊNERO, TRANSEXUAIS/TRAVESTIS) E PELO MENOS 10% DOS VALORES INVESTIDOS NOS PROJETOS DEVERIAM SER RESERVADOS A DIRETORES(AS) NEGROS(AS) E INDÍGENAS (BRDE, 2018).

10 PARA MAIS INFORMAÇÕES: [HTTPS://WWW.GOV.BR/ANCINE/PT-BR/OQA](https://www.gov.br/ancine/pt-br/oqa).

REFERÊNCIAS

- ANCINE. *ATA DA 44ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DO AUDIOVISUAL (CGFSA), DE 26 DE MARÇO DE 2018*. RIO DE JANEIRO, 2018A. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.GOV.BR/ANCINE/PT-BR/FSA/NORMAS/ATAS-DAS-REUNIOES-DO-CGFSA/ATA_CGFSA_2018_44.PDF](https://www.gov.br/ancine/pt-br/fsa/normas/atas-das-reunioes-do-cgfsa/ata_cgfsa_2018_44.pdf). ACESSO EM JULHO DE 2023.
- _____. *DIVERSIDADE DE GÊNERO E RAÇA NOS LONGAS-METRAGENS BRASILEIROS LANÇADOS EM SALAS DE EXIBIÇÃO 2016. INFORME DE MERCADO ELABORADO PELA SUPERINTENDÊNCIA DE ANÁLISE DE MERCADO*. BRASIL: 2018B. DISPONÍVEL EM: [CHROME-EXTENSION://EFAIDNBMMNNIBPCAJPCLCLEFINDMKAJ/HTTPS://WWW.GOV.BR/ANCINE/PT-BR/OCA/PUBLICACOES/ARQUIVOS.PDF/INFORME_DIVERSIDADE_2016.PDF](https://www.gov.br/ancine/pt-br/oqa/publicacoes/arquivos/pdf/informe_diversidade_2016.pdf). ACESSO EM: 30 DE JULHO DE 2023.
- _____. *PARTICIPAÇÃO POR GÊNERO E POR RAÇA NOS DIVERSOS SEGMENTOS DA CADEIA PRODUTIVA DO AUDIOVISUAL*. RIO DE JANEIRO, RJ, 2023. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.GOV.BR/ANCINE/PT-BR/OCA/PUBLICACOES/ARQUIVOS.PDF/ESTUDO%20GENERO%20E%20RACA%20NO%20SETOR%20AUDIOVISUAL.PDF](https://www.gov.br/ancine/pt-br/oqa/publicacoes/arquivos/pdf/estudo%20genero%20e%20raca%20no%20setor%20audiovisual.pdf). ACESSO EM: 20 DE JULHO DE 2023.
- _____. *SEMINÁRIO INTERNACIONAL MULHERES NO AUDIOVISUAL*, 2017. RIO DE JANEIRO. REALIZAÇÃO AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE) EM 30 DE MARÇO DE 2017. REGISTRO EM VÍDEO DISPONÍVEL EM: < [HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/LIVE/LH1AWBINC_8?FEATURE=SHARE](https://www.youtube.com/live/LH1AWBINC_8?feature=share)>. ACESSO EM: 02 DE ABRIL DE 2017.
- ARAÚJO, JOEL ZITO. A FORÇA DE UM DESEJO – A PERSISTÊNCIA DA BRANQUITUDE COMO PADRÃO ESTÉTICO AUDIOVISUAL. *REVISTA USP*, SÃO PAULO, N.69, P. 72-79, MARÇO/MAIO 2006. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.REVISTAS.USP.BR/REVUSP/ARTICLE/VIEW/13514](http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13514). ACESSO EM: 15 DE OUTUBRO DE 2016.
- BACHRACH, PETER; BARATZ, MORTON S. TWO FACES OF POWER. *THE AMERICAN POLITICAL SCIENCE REVIEW*, VOLUME 56, ISSUE (DEC., 1962), 947-952. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://GOO.GL/CBC7NH](https://goo.gl/CBC7NH). ACESSO EM: 06 DE JANEIRO DE 2017.
- BRDE. *CHAMADA PÚBLICA BRDE/ FSA – CONCURSO PRODUÇÃO PARA CINEMA 2018*, DE 19 DE MARÇO DE 2018. DISPONÍVEL EM <[HTTP://WWW.BRDE.COM.BR/WP-CONTENT/UPLOADS/2018/03/CHAMADA-PUBLICA-CONCURSO-PRODUCAO-CINEMA-2018-VERS%C3%830-FINAL-PARA-PUBLICA%C3%87%C3%830-EM-19.03.18.PDF](http://www.brde.com.br/wp-content/uploads/2018/03/chamada-publica-concurso-producao-cinema-2018-vers%C3%830-final-para-publica%C3%87%C3%830-em-19.03.18.pdf)> ACESSO EM 30 DE JULHO DE 2023.
- _____. *CHAMADA PÚBLICA BRDE/ FSA – CONCURSO PRODUÇÃO PARA CINEMA 2018*, DE 04 DE JULHO DE 2018. DISPONÍVEL EM <[HTTPS://WWW.BRDE.COM.BR/WP-CONTENT/UPLOADS/2018/07/CHAMADA-PUBLICA-CONCURSO-PRODUCAO-CINEMA-2018-VERS%C3%830-RETIFICA%C3%87%C3%830-02_PARA-PUBLICA%C3%87%C3%830-04-07-18..PDF](https://www.brde.com.br/wp-content/uploads/2018/07/chamada-publica-concurso-producao-cinema-2018-vers%C3%830-retifica%C3%87%C3%830-02_para-publica%C3%87%C3%830-04-07-18..pdf)> ACESSO EM 30 DE JULHO DE 2023.
- BIRKLAND, THOMAS A. *AN INTRODUCTION TO THE POLICY PROCESS: THEORIES, CONCEPTS, AND MODELS OF PUBLIC POLICY MAKING*. 3. ED. NEW YORK: ROUTLEDGE, 2011.
- BUCCI, MARIA DE PAULA DALLARI. *FUNDAMENTOS PARA UMA TEORIA JURÍDICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS*. SÃO PAULO: SARAIVA, VERSÃO MOBI, 2013.
- CARNEIRO, SUELI. *RACISMO, SEXISMO E DESIGUALDADE NO BRASIL*. SÃO PAULO: SELO NEGRO EDIÇÕES, 2011.
- CARVALHO, NOEL DOS S. ESBOÇO PARA UMA HISTÓRIA DO NEGRO NO CINEMA BRASILEIRO. IN: DE, JEFERSON. *DOGMA FEIJOADA: O CINEMA NEGRO BRASILEIRO*. COLEÇÃO APLAUSO CINEMA BRASIL. SÃO PAULO: IMPRENSA OFICIAL, 2005. P. 17- 101. V. 1. DISPONÍVEL EM < [CHROME-EXTENSION://EFAIDNBMMNNIBPCAJPCLCLEFINDMKAJ/HTTPS://APLAUSO.IMPRENSAOFICIAL.COM.BR/EDICOES/12.0.813.132/12.0.813.132.PDF](https://www.youtube.com/live/LH1AWBINC_8?feature=share)>. ACESSO EM 30 DE JULHO DE 2023.
- CARVALHO, N. DOS S.; DOMINGUES, P. *DOGMA FEIJOADA: A INVENÇÃO DO CINEMA NEGRO BRASILEIRO*. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, V. 33, N. 96, 2018. DISPONÍVEL EM < [HTTPS://WWW.SCIELO.BR/J/RBCSOC/A/F8PQHJ4SQNGNHJDKHKYPVK/](https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/f8PQHJ4SQNGNHJDKHKYPVK/)>. ACESSO EM 30 DE JULHO DE 2023.
- DYE, THOMAS R. *UNDERSTANDING PUBLIC POLICY*. 14. ED. [S.L.]: PEARSON EDUCATION, 2013.
- EASTON, DAVID. *A SYSTEMS ANALYSIS OF POLITICAL LIFE*. [S.L.]: JOHN WILEY & SONS INC., 1965. DISPONÍVEL EM <[HTTPS://ARCHIVE.ORG/DETAILS/SYSTE_MSANALYSIS00EAST](https://archive.org/details/syste_msanalysis00east)>. ACESSO EM: 05 DEZ. 2020.
- FREY, KLAUS. *POLÍTICAS PÚBLICAS: UM DEBATE CONCEITUAL E REFLEXÕES REFERENTES À PRÁTICA DA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS*, Nº 21 – JUN DE 2000. DISPONÍVEL EM: < [HTTPS://WWW.IPEA.GOV.BR/PPP/INDEX.PHP/PPP/ARTICLE/DOWNLOAD/89/158/474](https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/ppp/article/download/89/158/474)>. ACESSO EM: 02 DE MARÇO DE 2023.
- GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ACESSORIA (CFEMEA). *GUIA DE ENFRENTAMENTO DO RACISMO INSTITUCIONAL*. 2013. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.GELEDÉS.ORG.BR/WP-CONTENT/UPLOADS/2013/05/FINAL-WEB-GUIA-DE-ENFRENTAMENTO-AO-RACISMO-INSTITUCIONAL.PDF](http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2013/05/final-web-guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf). ACESSO EM 02 DE ABRIL DE 2017.
- NASCIMENTO, ABDIAS DO. *O GENOCÍDIO DO NEGRO BRASILEIRO: PROCESSO DE UM RACISMO MASCARADO*. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1978.
- NELSON, BARBARA J. *PUBLIC POLICY AND ADMINISTRATION: AN OVERVIEW*. IN: GOODIN, ROBERT E.; KLINGEMANN, HANS-DIETER. *A NEW HANDBOOK OF POLITICAL SCIENCE*. OXFORD UNIVERSITY PRESS ON DEMAND, 1998.
- RODRIGUES, JOÃO CARLOS. *O NEGRO BRASILEIRO E O CINEMA*. PALLAS EDITORA: RIO DE JANEIRO, 2011.
- VIEIRA, ISABELA. *PESQUISA REVELA QUE MULHERES NEGRAS ESTÃO FORA DO CINEMA NACIONAL. AGÊNCIA BRASIL*, RIO DE JANEIRO, 2014. DISPONÍVEL EM: < [HTTPS://AGENCIABRASIL.EBC.COM.BR/CULTURA/NOTICIA/2014-07/PESQUISA-REVELA-QUE-MULHERES-NEGRAS-ESTAO-FORA-DO-CINEMA NACIONAL#:~:TEXT=AS%20MULHERES%20NEGRAS%20N%C3%A3O%20EST%C3%A3O,FILMES%20NACIONAIS%20DE%20MAIOR%20BILHETERIA.>](https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2014-07/pesquisa-revela-que-mulheres-negras-estao-fora-do-cinema-nacional#:~:text=AS%20mulheres%20negras%20n%C3%A3o%20est%C3%A3o,filmes%20nacionais%20de%20maior%20bilheteria.). ACESSO EM 30 DE JULHO DE 2023.

O ARTIGO É UM DESDOBRAMENTO DA PESQUISA RAÇA E GÊNERO NO CAMPO PÚBLICO DE FOMENTO AO AUDIOVISUAL BRASILEIRO: MAPEAMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA FOCALIZADA EM AÇÕES AFIRMATIVAS ELABORADA PELA AUTORA NA ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ), PERÍODO DE 2016 A 2017. PORTANTO, REFLETIU EXCLUSIVAMENTE OS RESULTADOS DESSE ESTUDO E NÃO REPRESENTA POSICIONAMENTOS OU PROPOSIÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE).